

capa

ALÉM DA DOENÇA, PESSOAS COM CÂNCER TÊM QUE LIDAR COM CONTAS E UM MERCADO DE TRABALHO DISCRIMINATÓRIO

Quando dói no bolso

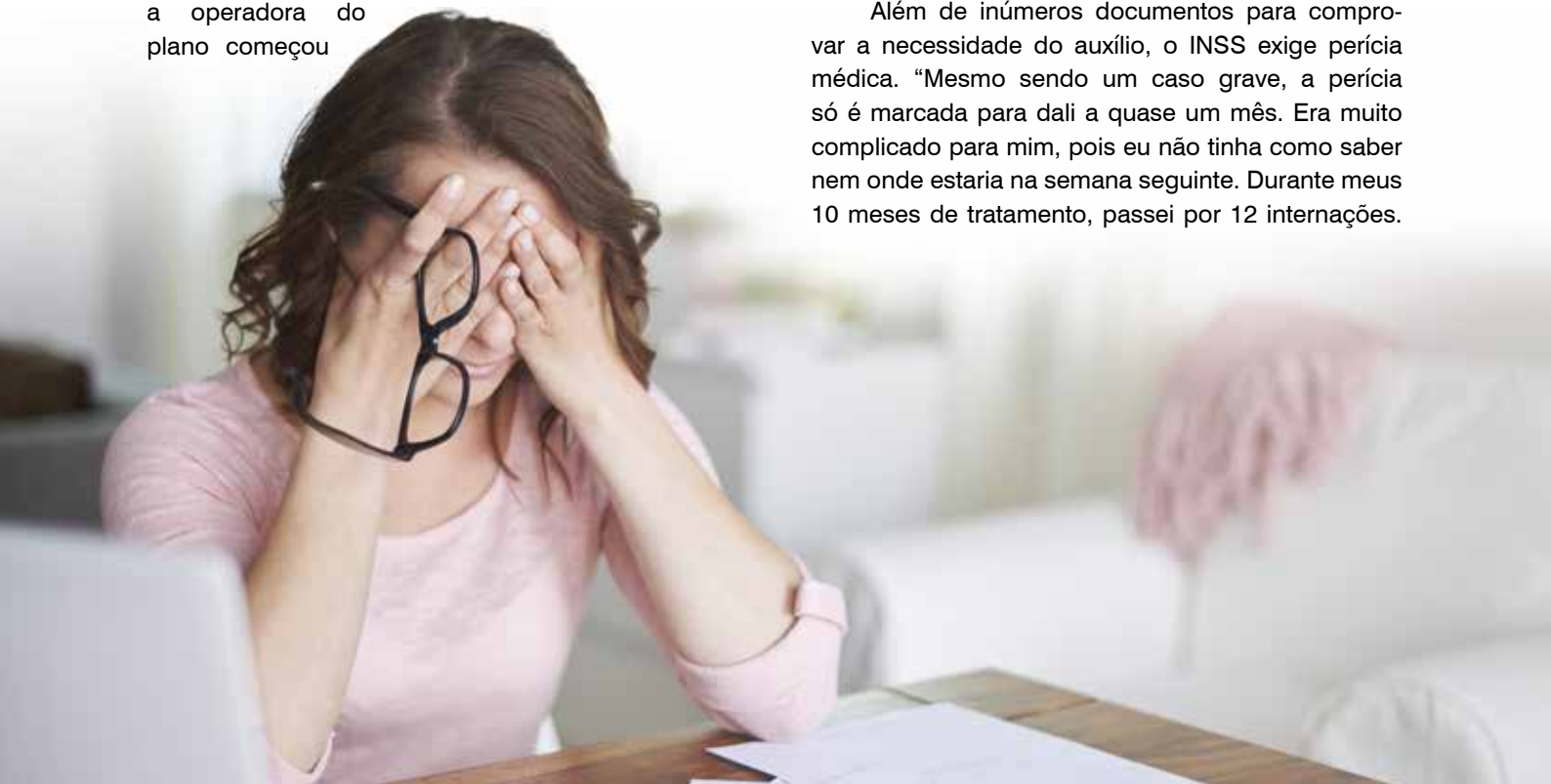
Além dos medos mais comuns, como as sequelas do tratamento e um possível retorno da doença, pacientes com câncer precisam lidar com temores financeiros, como a redução da renda familiar ou até mesmo a perda do emprego. Conseguir o auxílio-doença na Previdência Social, apesar de ser um direito trabalhista, também não é tarefa das mais simples. O trabalho informal tem sido a saída para garantir a subsistência de algumas famílias que, com atividades empreendedoras, estão conseguindo aumentar ou obter novos rendimentos.

No ano 2000, o jornalista Alexandre Dayrell descobriu que tinha um linfoma não Hodgkin. Na ocasião, ele trabalhava há seis meses como editor de um site em uma multinacional. Como tinha plano de saúde particular, Dayrell começou o tratamento imediatamente. Só que a operadora do plano começou

a enviar os boletos de pagamento fora do prazo. “Eu recebia os boletos em cima da data do vencimento, e devido aos longos períodos de internação, não conseguia pagar em dia. Naquela época, não havia tanta interatividade na Internet, e como estava em pleno tratamento, não tinha como ir até a empresa para resolver o problema”, conta. Por fim, a operadora acabou cancelando seu contrato, alegando que o jornalista seria mau pagador. “Eles fizeram uma manobra até conseguir cancelar”, lamenta. Ele só não precisou interromper o tratamento porque conseguiu uma vaga no serviço público.

Como se não bastasse a conduta imoral da operadora de saúde, Alexandre enfrentou outra dificuldade: licenciado do emprego, precisou dar entrada no pedido de auxílio-doença no INSS. O órgão fez uma série de exigências que ele não conseguia cumprir.

Além de inúmeros documentos para comprovar a necessidade do auxílio, o INSS exige perícia médica. “Mesmo sendo um caso grave, a perícia só é marcada para dali a quase um mês. Era muito complicado para mim, pois eu não tinha como saber nem onde estaria na semana seguinte. Durante meus 10 meses de tratamento, passei por 12 internações.



E no período em que ficava em casa, estava muito fraco; não tinha forças para sair. As internações não eram programadas. Eu estava ótimo num dia e, no dia seguinte, passava mal e tinha que ser internado com urgência. Então era muito complicado marcar uma perícia para daqui um mês. Eu não tinha controle sobre a minha vida.”

Por conta disso, Alexandre ficou sem receber o benefício durante meses. Para sua subsistência, vendeu sua coleção de CDs e seus livros (ele tinha uma biblioteca). “Chega uma hora em que você tem que pedir dinheiro emprestado e contar com a ajuda da família, porque eu não tinha como arcar com as minhas contas.” Até conseguir resolver a problemática junto à Previdência Social, o tratamento já tinha terminado. “O INSS não facilitava nada, e como eu precisava ir aos locais pessoalmente, até eles aprovarem o auxílio e eu receber o benefício, o tratamento já tinha acabado”, lembra.

Ao voltar ao trabalho, a empresa cumpriu o prazo legal para retorno de licença saúde e logo depois o demitiu, alegando crise. Porém, em pouco tempo, ele conseguiu se recolocar no mercado, ainda em 2001.

EM BUSCA DE DIREITOS

Fabiana Rodrigues, 46 anos, trabalhava como cuidadora e técnica de enfermagem quando descobriu, há cinco anos, um dermatofibrossarcoma (câncer no músculo) e iniciou o tratamento, que incluiu cirurgia. “Fiquei um tempo licenciada pelo INSS e já vai fazer três anos que não recebo o auxílio-doença. Estou com processo na Justiça para retirar o meu FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço], que não foi liberado [pacientes com câncer têm direito de sacar o FGTS]. O posto já marcou quatro perícias e cancelou”, queixa-se.

Enfrentando uma separação recente e vivendo com a filha de 18 anos, Fabiana conseguiu um trabalho como cuidadora e, para reforçar o caixa, começou a fazer bolos para vender. Mesmo assim, ainda precisa da ajuda de familiares, o que a angustia. Paciente do INCA, teve a oportunidade de fazer um curso de empreendedorismo oferecido pela Área de Ações Voluntárias do Instituto (INCAvoluntário). Fabiana vende seus produtos no próprio INCA quando vai fazer o tratamento. Em datas comemorativas, como Dia das Mães e Natal, as vendas aumentam. “No Natal faturei uns R\$ 700. Tirando as despesas, sobraram cerca de R\$ 400”, contabiliza.

Após o curso, Fabiana se empolgou e tentou alugar um espaço, dentro de um salão, perto de sua



Divulgação/Maesem Serviços Especializados

Fabiana (E), ao lado da psicóloga Beatriz Tostes: empreender foi a solução para aumentar a renda familiar

“Eu achava que para começar algum negócio precisaria ter uma estrutura maior, e no curso entendi que não. Você pode começar pequenininha, e a coisa vai crescendo. Isso me encorajou”

FABIANA RODRIGUES, empreendedora

casa. Lá, teria direito a vender seus produtos uma vez por semana, mas quando chegou ao local, todos os espaços já estavam preenchidos. “Eu achava que para começar algum negócio precisaria ter uma estrutura maior, e no curso entendi que não. Você pode começar pequenininha, e a coisa vai crescendo. Isso me encorajou. Deixei meu nome numa lista de espera para o aluguel”, conta.

Ela afirma que ações como o curso oferecido pelo INCAvoluntário levantam a autoestima do paciente em tratamento.

Dos bolos e doces vendidos por Fabiana, existe um que faz mais sucesso. “O que costuma sair mais e que é um diferencial é o bolo verde; um bolo doce feito de agrião. Sou conhecida no hospital como ‘a moça do bolo verde’. Ainda não encontrei uma pessoa que não tenha gostado. É um bolo trabalhoso; eu limpo folhinha por folhinha do agrião”, explica.

Enquanto continua seu tratamento na clínica da dor, faz também fisioterapia, porque o movimento de



“Minha mente se abriu depois do curso. Aprendi a comprar mercadorias. Hoje sei negociar o valor dos produtos na hora da venda e também fazer promoção”

SIMONE NAZARINA DE CARVALHO DO CARMO,
empreendedora

seu braço foi reduzido. Mas ela não desanima. “No momento, a minha luta é conseguir fazer valer o meu direito”, afirma, referindo-se ao processo judicial para receber os benefícios a que faz jus.

NOVOS CAMINHOS

Em 2009, quando seu filho Isaque nasceu e foi diagnosticado com linfangioma, a rotina da dona de casa Simone Nazarina de Carvalho do Carmo, 52 anos, se modificou. Antes de iniciar o tratamento no INCA, em 2010, o menino passou por vários hospitais.

“Quando chegamos ao INCA estávamos numa situação adversa. Eu não podia trabalhar porque precisava acompanhar meu filho, e também tinha crises de asma. Meu marido me ajudava, revezando comigo”, recorda.

O marido de Simone, que é eletricista, deixou o emprego fixo e passou a trabalhar informalmente para que pudesse auxiliar a esposa. Foram tempos difíceis em que precisaram lidar com a doença do filho e com as dificuldades financeiras.

Preocupada em aumentar a renda familiar, enquanto acompanhava o filho, Simone passou a aprender artesanato com uma voluntária do INCA. “Aprendi tricô e fiz muitos cachecóis. Lembro que, naquela época, faturei R\$ 800 vendendo as peças”, conta.

Mas Simone não parou por ali e se aprimorou para trabalhar com diversos materiais recicláveis, como vidros. Ela faz decupagem, técnica de colagem sobre peças, e também produz artigos com *biscuit*, uma massa de modelagem. No entanto, se por um lado a criatividade não faltava, de outro, não sabia como calcular o custo das peças, o preço final e nem como comprar os materiais necessários.

Nesse aspecto, ela afirma que o curso oferecido pelo INCAvoluntário (em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Sebrae), foi essencial para que os negócios deslanchassem. O curso abordou temas como estratégias de venda, de marketing, conceito de finanças, formação de preços, entre outros, muito importantes para profissionalizar a atividade exercida por Simone.

“Eu ficava no meu mundinho e não sabia como calcular o custo do meu trabalho e ter lucro. Minha mente se abriu depois do curso. Aprendi a comprar mercadorias. Hoje sei negociar o valor dos produtos na hora da venda e também fazer promoção. E agora vou mais arrumada para apresentar o produto, porque aprendi que a aparência é muito importante”, conta.

Tudo que cai na mão de Simone pode virar artesanato. “Recebo doações de vidros e ganhei uma máquina para cortar e gravar nesse material. Também faço bonecas de tecido e trabalho muito com decoração de festas infantis e de fim de ano. A procura é grande”, revela.

Hoje, com o filho prestes a receber alta médica, Simone conta que passou a cuidar mais de sua saúde, com o intuito de ter mais disposição para novas realizações. Ela acabou de participar de uma nova oficina oferecida pelo INCAvoluntário, que abordou o tema “Sei controlar meu dinheiro?”.

O marido de Simone voltou a ter emprego fixo, e a rotina familiar se estabilizou. “Meu marido trabalha em um clube e aos finais de semana faz uns ‘bicos’. Estamos terminando nossa casa”, comemora.

SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA

Empregados dispensados após diagnóstico de câncer têm conquistado na Justiça o direito de retornar ao posto, e em alguns casos recebem indenizações, graças à Súmula 443 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que define a dispensa como discriminatória.

“O receio pela perda do emprego sempre passa pela cabeça de todo mundo quando é preciso se ausentar por algumas semanas”

STELLA NUNES, administradora de empresas

Antes de ser publicada, a Súmula 443 foi debatida na Semana do TST, em maio de 2012. Dela participou a ministra Delaíde Miranda Arantes. “A Súmula consolidou entendimento jurisprudencial do Tribunal no sentido de caracterizar como ato discriminatório a dispensa imotivada ou sem justa causa de trabalhadores portadores de HIV e de outras doenças que causam estigmas ou preconceitos”, explica a ministra. Sendo assim, caso ocorra dispensa, o empregado tem direito à reintegração ao emprego.

Para a ministra Delaíde, esse foi um grande passo que prestigia o Direito do Trabalho em sua verdadeira origem e natureza, o da proteção, pois o surgimento da doença grave capaz de provocar preconceito ou discriminação coloca o trabalhador em situação de vulnerabilidade, tanto financeira quanto social, e esse é o momento em que ele mais necessita da proteção legislativa e jurisprudencial.

Entre os exemplos de trabalhadores discriminados devido ao câncer, está uma bancária de Minas Gerais que foi transferida 18 vezes e rebaixada de função, ao retornar ao trabalho após nove meses de licença para tratar a doença. Admitida como escriturária em 1979, ela ocupou as funções de caixa e gerente operacional até ser demitida em 2011. Nos últimos quatro anos de contrato, no entanto, após a licença médica, a funcionária contou ter sofrido perseguições da chefia. Ainda abalada e com quadro depressivo pela retirada da mama e pelos tratamentos, foi transferida de cidade.

Na reclamação trabalhista, ela afirma que “implorou à chefia” para não ir, devido à necessidade de estar próxima à família, mas não foi atendida. A partir daí, as perseguições aumentaram: foi rebaixada de função e deslocada para várias cidades da região, cobrindo férias de funcionários de agências pequenas, sempre como caixa.

Tendo como parâmetro os depoimentos de testemunhas, o juízo concluiu que havia discriminação por parte do banco em relação aos empregados afastados por longo período, que eram deslocados para atividades menores, transferidos de agência e submetidos à extrema pressão psicológica. A bancária receberá indenização de R\$ 160 mil por dano moral.

O OUTRO LADO DA MOEDA

Mas nem todos os empregadores demitem ou punem empregados quando adoecem. Ao contrário: alguns oferecem mais do que compreensão no momento em que seu funcionário mais precisa. Márcia Marconi, advogada, recebeu apoio financeiro dos dirigentes do laboratório farmacêutico onde trabalhava na ocasião em que foi diagnosticada com câncer de mama. “Para que eu não precisasse esperar a liberação do convênio, a empresa me adiantou o valor da cirurgia, que depois devolvi em parcelas. Apoiaram-me também enquanto fazia a quimioterapia, pois precisava ficar afastada alguns dias. Eles sempre me liberavam. Não precisei dar entrada no auxílio-doença no INSS para receber”, reconhece.

Numa firma de representação internacional, a administradora de empresas Stella Nunes também foi bem acolhida desde que descobriu um câncer de mama, em abril do ano passado. Stella conta que desde a confirmação da doença avisou aos dirigentes da empresa que precisaria se afastar. E recebeu total apoio, tanto deles como dos colegas de trabalho. “O receio pela perda do emprego sempre passa pela cabeça de todo mundo quando é preciso se ausentar por algumas semanas”, admite.

Pelo temperamento agitado, Stella diz que, mesmo afastada, continuou trabalhando de casa. “Devido à cirurgia [ela passou por uma mastectomia radical em julho de 2014], fiquei duas semanas em casa. Mas eu não desgrudava do *tablet* e acompanhava o trabalho a distância”, revela.

Para ela, ficar de licença é algo muito difícil. “Trabalhei em uma empresa japonesa, e lá faltar é algo que não é bem visto e eu também não gosto. Mas isso era uma coisa mais da minha cabeça. Os meus atuais chefes me acalmavam e diziam que eu tinha de me cuidar e focar nisso. Eles foram ótimos.” Em recuperação após a cirurgia de reconstituição mamária, feita recentemente, Stella continua recebendo seu salário normalmente e utilizando seu plano de saúde. ■